



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Quarta-feira, 28 de Junho de 2023 - Edição nº4858

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003
Redacção e Administração: Rua da Resistencia, Nº1642, Prédio Cil/3M - Maputo - Moçambique
Telefone: 21418823 ou 824915440/844719596
E-mail: diariodenoticias@tv cabo.co.mz

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

DÍVIDAS OCULTAS

Manuel Chang deverá ser extraditado para os EUA em Julho

(Maputo) O antigo ministro das Finanças, Manuel Chang, deverá ser extraditado para os Estados Unidos da América (EUA) em Julho, para responder pelo envolvimento no escândalo das dívidas ocultas, disse um Procurador norte-americano.

De acordo com a agência de informação financeira Bloomberg, Manuel Chang deverá ser transferido para os Estados Unidos no próximo mês, depois de quatro anos e meio

detido numa prisão na África do Sul pelo envolvimento no escândalo das dívidas ocultas, que atirou Moçambique para uma crise económica e financeira, da qual ainda não recuperou totalmente.

As autoridades norte-americanas alegam que o antigo governante conspirou com banqueiros do Credit Suisse e promotores internacionais para endividar o país em projectos marítimos, como a compra de uma

frota contra a pirataria marítima, que acabaram por nunca se concretizar.

Em 2021, o Credit Suisse pagou quase 475 milhões de dólares para terminar as múltiplas investigações sobre o seu papel neste escândalo, um dos vários que o banco suíço tem enfrentado nos últimos anos, num processo que envolveu também três antigos banqueiros.

“Queremos metê-lo num avião e provavelmente vai estar aqui em

CABO DELGADO: TEMPESTADE LONGE DE SERENAR

Quase metade de famílias inquiridas tem um familiar “assassinado”

(Maputo) Quase metade de 600 famílias inquiridas em Cabo Delgado, norte de Moçambique, num levantamento do Observatório do Meio Rural, organização não-governamental (ONG) moçambicana,

relatarem ter um parente “assassinado” na violência protagonizada por grupos armados na província.

Num trabalho intitulado “Organizações humanitárias a sul e TotalEnergies a nordeste: opções dos

deslocamentos internos num contexto de Estado frágil”, o Observatório do Meio Rural (OMR) salienta que 43% dos agregados familiares inquiridos narraram ter familiares assassina- →

AVISO

Renovação de assinaturas para 2023

A direção comercial da Media Jornalistas Associados, empresa proprietária do jornal *DIÁRIO DE NOTÍCIAS (DN)*, informa que está aberta para novas subscrições e renovação de assinaturas para o ano 2023. Por favor contactar através do e-mail diariodenoticias@tv cabo.co.mz ou pelos telefones celulares 84 4719596 / 820720400.

Atenciosamente
Sector Comercial

Julho, em meados de julho ou fins de julho”, disse o Procurador Hiral Mehta durante uma audiência no tribunal federal de Brooklyn.

“Vai demorar tempo, mas ele vai ser extraditado”, acrescentou, referindo-se ao processo em que quer a África do Sul, quer Moçambique defendiam o direito a julgar o antigo ministro no seu país.

Moçambique contraiu emprésti-

mos de quase 2 mil milhões de dólares para projectos marítimos, mas não os reportou aos parceiros internacionais nem os reflectiu nas contas públicas, e quando não pagou as prestações, isso desencadeou um `default` que atirou o país para uma crise económica e financeira.

O caso tornou-se um exemplo da ligação nem sempre transparente entre países africanos e os grandes bancos

internacionais, e o processo está em litigação também no Reino Unido.

O julgamento em Londres, em que a Procuradoria-Geral da República e o Credit Suisse e o VTB se acusam mutuamente, deverá começar mais no final do ano, mas pode nem se realizar, dado que as autoridades moçambicanas se têm recusado a entregar vários documentos argumentando que colocam em perigo a segurança nacional. **(Redacção)**

Quase metade de famílias inquiridas tem um familiar “assassinado”

dos durante o conflito.

Cerca de um terço (34%) das pessoas ouvidas revelou a existência de pelo menos um parente “raptado” e 18% deram conta de “desaparecidos”.

A percentagem de raptos foi particularmente evidente no bairro Milamba, em Mocimboa da Praia, e na aldeia de Monjane, posto administrativo de Olumbi, distrito de Palma, afectando, respectivamente, 60% e 50% das famílias inquiridas.

A existência de membros “assassinados” e “desaparecidos” foi mais evidente em Monjane, precisamente nas imediações de Afungi, afectando 57% e 34% dos inquiridos, respectivamente.

De acordo com os relatos, muitos indivíduos morreram nas matas, durante os períodos de fuga desorganizada, víti-

mas de assassinato, doença ou exaustão.

Outros morreram afogados quando tentavam escapar por via marítima.

“Vários aldeões alegam que um número incontável de indivíduos terá perecido pela vastidão do território, referindo que as matas estão cheias de cemitérios”, lê-se no estudo.

Segundo o OMR, a questão é tal forma relevante que, entre outras sugestões, o documento recomenda “a realização de um reconhecimento simbólico das vítimas do conflito através da construção de memoriais”.

Os inquiridos atribuem aos rebeldes a responsabilidade pelas atrocidades, mas também às Forças de Defesa e Segurança (FDS), sobretudo nos meses que se seguiram ao ataque à vila de Palma, em Março de 2021.


“Os baixos salários dos militares, a falta de domínio das línguas locais e as dificuldades de comunicação com as populações criaram um cenário propício ao abuso”, refere-se no documento.

Muitos aldeões denunciaram episódios de invasão de propriedades, pilhagens, ameaças ou extorsão de valores monetários sob acusação de terrorismo, prossegue.

Revelaram igualmente casos de desaparecimento de indivíduos nas mãos de militares.

A ONG avança que persiste um ambiente de desconfiança entre as comunidades e os membros das FDS, notando, contudo, uma diminuição da pressão sobre a população, em comparação com o que acontecia entre 2020 e 2021.



22 Rapid Street, Nelspruit (Entrada pela BP Riverside)
Coordenadas GPS: 845767485; 822999735 / Email info@galeria.co.za
Celular: +27 79 981 9637 +27 82 966 1652
www.galeria.co.za  Galeria Furniture Store Nelspruit

galeria antarte

LUXURY DESIGNER FURNITURE FROM PORTUGAL

No início de Junho de 2023, três moradores de Mocímboa da Praia foram assassinados por agentes da Unidade de Intervenção Rápida, acusa o OMR.

Na sequência desse acontecimento, o governador da província de Cabo Delgado, Valige Tauabo, foi solicitado de emergência para serenar a tensão, mas o facto de se ter feito acompanhar por agentes das FDS provocou grande descontentamento popular.

“Testemunhas oculares reportam que muitos participantes se retiraram do evento, com palavras de insatisfação”, lê-se no documento do OMR.

A acusação de morte de três civis às mãos das forças de segurança já tinha sido feita pelo Centro de Democracia

e Desenvolvimento (CDD), mas as autoridades moçambicanas nunca se pronunciaram sobre a alegação.

A guerra afectou profundamente o tecido social, sendo responsável pela separação ou desestruturação de muitas famílias e os traumas psicológicos são evidentes, continua o estudo: muitos entrevistados ficam visivelmente comovidos quando falam de familiares que foram vítimas de violência armada e as crianças entram em pânico perante estrondos e rebentamentos.

Por outro lado, vários interlocutores relatam problemas de insónias, nota o OMR.

A província de Cabo Delgado enfrenta há cinco anos uma insurgência

armada com alguns ataques reclamados pelo grupo extremista Estado Islâmico.

A insurgência levou a uma resposta militar desde Julho de 2021 com apoio do Ruanda e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), libertando distritos junto aos projectos de gás, mas surgiram novas vagas de ataques a sul da região e na vizinha província de Nampula.

O conflito já fez um milhão de deslocados, de acordo com as Nações Unidas, e cerca de 4.000 mortes, segundo o projecto de registo de conflitos ACLED.

(Redacção)

GOVERNO CONTINUA A TAPAR O SOL COM A PENEIRA

CDD critica atrasos e imprevisibilidade nos salários públicos

(Maputo) O Centro para a Democracia e Desenvolvimento, organização não-governamental (ONG) moçambicana, criticou ontem alegados atrasos e imprevisibilidade no pagamento de salários no Estado, assinalando que os ordenados deste mês ainda não foram desembolsados.

“Mais uma vez, os funcionários e agentes do Estado entram para a última semana do mês sem os seus salários. O mais grave é que ninguém sabe quando é que o Estado vai pagar os salários referentes ao mês do Junho”, indica um comunicado do Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD).

Fonte do Ministério da Economia e Finanças negou que se estejam a registar atrasos nos ordenados da Administração Pública, frisando que os vencimentos são pagos entre os dias 20 e 30 de cada mês.

“Enquanto estivermos dentro desse intervalo de tempo não se pode falar de atraso no pagamento de salários”, enfatizou a fonte.

No entanto, vários funcionários públicos disseram que ainda não receberam os seus ordenados de Junho,

contrariamente ao que é habitual, a três dias do fim do mês.

“Temos tido casos em que os salários de um mês são pagos no mês seguinte, com atrasos”, afirmou um professor do ensino primário.

De acordo com o professor, “já nem se sabe quando é que os salários vêm”.

Desta vez, o CDD sublinha que havia uma ocasião especial: milhares de famílias moçambicanas passaram o Dia da Independência e o fim-de-semana prolongado (feriado no domingo, observado na segunda-feira) sem dinheiro, porque o Governo não pagou os vencimentos, nota a ONG.

O CDD assinala que nem a mais recente revisão da Tabela Salarial Única (TSU) conseguiu resolver os atrasos no pagamento de ordenados na Função Pública.

“O Estado debate-se com falta de liquidez para pagar salários”, prossegue o texto.

A dificuldade sente-se igualmente no atraso para com o sector privado, com o Executivo a mostrar-se incapaz de “pagar as facturas dos empreiteiros

e fornecedores de bens e serviços”.

Na semana passada, o presidente da CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique, Agostinho Vuma, disse que os atrasos no pagamento de facturas por parte do Estado estão a retardar o crescimento das pequenas e médias empresas e a prejudicar a economia do país, recorda a nota do CDD.

O sector privado queixou-se igualmente de morosidade no reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Em 2022, de 904 pedidos, estimados em 25,6 mil milhões de meticais, apenas foram visados 96, observou a ONG.

“As contas públicas estão pressionadas, mas o Governo não quer admitir a falta de dinheiro. A justificação é sempre a mesma: TSU”, enfatiza-se no texto.

De acordo com o CDD, o Executivo diz que há atrasos por parte dos sectores em dar alguma conformidade à folha dos vencimentos em linha com a política da nova reforma salarial.

(Redacção)

POR DANOS AMBIENTAIS

Petrolífera TotalEnergies com novo processo judicial sobre projectos no Uganda

(Maputo) Várias associações ambientalistas da França e do Uganda,

juntamente com dezenas de cidadãos ugandeses, colocaram ontem uma

nova acção judicial contra a petrolífera TotalEnergies por danos ambientais

causados pelos projectos desta empresa francesa no Uganda.

De acordo com a agência francesa de notícias, a France-Presse (AFP), 26 cidadãos ugandeses e cinco associações dos dois países pediram indemnizações pelos danos ambientais, mas também pelas “violações de direitos humanos”, incluindo expropriações abusivas, indemnizações inadequadas, assédio e inundações de terras que terão sido causadas por dois megaprojectos no Uganda: o projecto de perfuração petrolífera de Tilenga e o projecto de oleoduto EACOP (East African Crude Oil Pipeline).

O projecto Tilenga prevê a perfuração de 419 poços de petróleo, um terço dos quais no parque natural das cataratas de Murchison, uma notável reserva de biodiversidade e o maior parque nacional do Uganda, enquanto o EACOP é um gasoduto aquecido de 1.500 km que vai até à costa da Tanzânia e atravessa várias áreas naturais protegidas.

Esta não é a primeira acção

colocada contra a TotalEnergies, a petrolífera francesa que lidera o maior projecto privado de exploração petrolífera e gasista na África subsaariana, e que tem o potencial para transformar a economia de Moçambique devido às elevadíssimas receitas previstas para a exploração de gás natural na região de Cabo Delgado, no norte do país.

Em Outubro de 2019, as associações francesas Friends of the Earth e Survie, juntamente com outras quatro ONG ugandesas, levaram a empresa a tribunal em França, denunciando as violações dos direitos humanos e os riscos ambientais destes dois projectos.

Em Fevereiro deste ano, o Tribunal de Primeira Instância de Paris declarou o seu processo sumário inadmissível por razões processuais, criticando as ONG por não terem explorado suficientemente a possibilidade de diálogo com o gigante petrolífero antes de levarem o caso a tribunal.

Desta vez, “trata-se de uma acção de reparação porque as violações dos direitos humanos” que a primeira acção

judicial lançada em 2019 visava impedir “foram agora executadas por falta de uma decisão judicial rápida sobre o cerne da questão”, diz o comunicado das associações enviado à AFP.

Os queixosos são 26 membros de comunidades afectadas pelos projectos Tilenga e EACOP no Uganda, o defensor dos direitos humanos ugandês Maxwell Atuhura, e cinco associações francesas e ugandesas (AFIEGO, Amigos da Terra França, NAPE/Amigos da Terra Uganda, Survie e TASHA Research Institute).

A nova acção judicial foi ontem anunciada numa conferência de imprensa em Paris, na presença das associações em causa e de vários dos queixosos ugandeses.

As associações pretendem que a TotalEnergies seja condenada a “indemnizar” os “graves danos” causados aos queixosos, incluindo a violação dos seus direitos à terra e à alimentação, acrescenta o comunicado de imprensa.

(Redacção)

ASSALTO A CAMIÕES EM MAPUTO

Cinco indivíduos a contas com a Polícia

(Maputo) Cinco indivíduos estão a contas com a Polícia na província de Maputo, indiciados de protagonizarem assaltos a camiões de mercadorias na fronteira de Ressano Garcia que liga Moçambique a África do Sul.

Trata-se de indivíduos que foram detidos em flagrante delito neste final de semana, após protagonizarem assalto a um dos camiões de mercadorias naquela região.

A porta-voz da Polícia no Comando Provincial de Maputo, explica que os indiciados foram detidos no interior de uma residência, onde se encontravam também a consumir drogas.

Carmina Leite frisou que a detenção dos mesmos, surge como resultado da ligação Polícia-comunidade, visando o combate ao crime na região do posto fronteiriço.

Ainda na província de Maputo, dois indivíduos estão detidos nas celas do Serviço Nacional de investigação Criminal (SERNIC), indiciados no roubo de viaturas.

Os implicados foram encontrados na posse de duas viaturas, roubadas

em circunstâncias diferentes, tal como esclareceu o porta-voz do SERNIC em Maputo, Henriques Mendes.

Os indiciados negam o seu envolvimento no crime de que são acusados.

O porta-voz do SERNIC anotou que já foi aberto um processo-crime para a responsabilização dos implicados.

(Redacção)



